



## ARQUIDIOCESE DE CAMPINAS

### Ficha 93 – A presença dos leigos no serviço à economia e à política - DSI (38ª)

Essa Ficha finaliza o último capítulo do [CDSI](#), a “Doutrina Social e o compromisso dos cristãos leigos”, refletindo sobre “o serviço à economia” e “à política”. Em decorrência dos ensinamentos do CVII, a Doutrina Moral e Social da Igreja, estimula os fiéis leigos a se interessarem por conhecer os modelos de desenvolvimento econômico-social que determinam as opções sociais, além de participarem ativamente da vida política, destinada a promover o bem comum para todos. À luz dos ensinamentos evangélicos, orienta na formação da consciência ética dos cristãos, no sentido de que a participação na construção de uma sociedade justa, humana, solidária e fraterna não deve estar separada da religião, porque a fé deve estar sempre presente nas ações políticas e ambas a serviço do bem comum. A economia deve ser vista como cuidado com a subsistência material e bem estar de todos, e a política, como espaço para a realização da vida de fé, o que significa buscar a conquista dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais de todos e todas.

#### 1 - O serviço à economia

Atualmente, se entende economia como as regras que controlam o mercado financeiro, o preço dos alimentos e objetos de consumo, do salário, dos impostos etc, às quais, de uma forma ou de outra, estamos todos vinculados. No entanto, a palavra economia tem sua origem no termo grego “*oikonomos*” junção de “*oikos*” (casa) e “*nomos*” (administração). Originalmente, portanto, economia diz respeito à administração da casa. Se pensarmos na sociedade, na cidade, no Estado ou no país como uma grande casa, a economia deveria se referir à administração da relação entre os bens produzidos por todos e o acesso de todos aos mesmos bens, através de uma justa e equilibrada distribuição. Ocorre que, a partir da organização das sociedades, os grupos com grande poder econômico passaram a dominar também a política, de forma a garantir a manutenção de uma economia fundada no lucro, comprometendo a sua verdadeira finalidade e compreensão, privilegiando apenas as camadas mais abastadas da sociedade. Com a invenção da moeda e do mercado financeiro, os interesses em ganhar e acumular se sobrepuseram à garantia de vida para todos e, o trabalho humano, que biblicamente era visto como meio para garantir a dignidade da pessoa, passou a ser visto apenas como mais uma mercadoria, criando uma divisão entre trabalho intelectual e artístico, em oposição ao trabalho braçal, que passou a ser subvalorizado, sacrificando o sustento digno do trabalhador e de seus familiares.

Diante da complexidade do atual contexto econômico-social, de uma economia internacionalizada, o fiel leigo deve se deixar guiar pelos princípios do Magistério Social, que coloca em primeiro lugar a centralidade da pessoa humana, concernente à dignidade do homem e dos povos; por uma economia que considere essa dimensão ética de servir o bem da pessoa em todas as suas dimensões; e que tenha uma gerência racional e proveitosa da riqueza material, retomando o sentido original da economia. Aos economistas e responsáveis políticos, cabe advertir para a urgência de se repensar esse sentido de economia, considerando que a pobreza é a questão que mais interpela a consciência humana e cristã e a causa de toda a desigualdade social no mundo. São João XXIII, na Encíclica [Mater et Magistra](#), apresentou uma compreensão social da economia, defendendo que o crescimento econômico só tem sentido quando promove a dignidade dos povos, tema que foi retomado na Constituição Pastoral [Gaudium et spes](#), que explicitou a questão da solidariedade nas relações econômicas entre os povos e, depois, pelo Beato Paulo VI, na Encíclica [Populorum Progressio](#), quando destacou que o desenvolvimento econômico só tem sentido se houver justiça social que vise promover o fim da miséria.

Nesse sentido, a mensagem de São João Paulo II, para o [Dia Mundial da Paz 2000](#), recorda que um dos maiores problemas econômicos do nosso tempo, não depende da falta de recursos, mas do fato de que as atuais estruturas econômicas, sociais e culturais sentem dificuldade em assumir

a justa distribuição de renda. Quanto a isso, será preciso humanizar e harmonizar as exigências da eficiência econômica com as da participação política e da justiça social; isso significa tecer uma rede de solidariedade em torno das demandas econômicas, políticas e sociais trazidas pela globalização. Nesse esforço, destaca-se a importância das agregações de inspiração cristã, de cunho sócio-transformador, como os projetos de economia solidária, agroecologia e economia sustentável, agricultura familiar etc, que atuam no campo econômico como alternativas decisivas para a manutenção da vida.

A recente Encíclica [Laudato si](#), do Papa Francisco, embora tendo como abordagem principal a preocupação ecológica, proclama a responsabilidade da economia e da política, não só sobre a questão ambiental, mas também sobre os problemas sociais, deixando claro que esses campos da atividade humana são férteis para a atuação do cristão leigo. No [Encontro Mundial dos Movimentos Populares](#) o papa afirmou que a economia deve estar a serviços dos povos. Um sistema que continua negando a bilhões de irmãos os mais elementares direitos econômicos, sociais e culturais e que atenta contra o projeto de Jesus é injusto e deve ser combatido pelos cristãos.

## **2 - O serviço à política**

De acordo com a Doutrina da Fé, a política é um instrumento necessário para essa transformação socioeconômica, isto é, para fazer o bem chegar a todos. Por isso, para os fiéis leigos, o compromisso político torna-se uma exigência do compromisso cristão, que deve ser vivido como vocação em três níveis de participação: o voto consciente, a militância comprometida com a fé cristã e a candidatura, provendo, assim, o bem comum, abrindo caminhos para o Evangelho. Também a GS, aponta exigências desse compromisso, como um cuidado especial na preparação do exercício do poder, especialmente quando chamados para cargos eletivos, os quais devem ser assumidos em caráter de serviço à coletividade. O Magistério ensina que a consciência cristã bem formada não permite a ninguém favorecer, com o próprio voto, a atuação de um programa político ou de uma só lei, em que os conteúdos fundamentais da fé e da moral sejam subvertidos com a apresentação de propostas alternativas ou contrárias aos mesmos.

A Carta Apostólica [Octogésima adveniens](#), recomenda optar por partidos que busquem a transformação social, na perspectiva da evangélica opção pelos pobres, e que utilizem métodos participativos, dando espaço ao povo, assim como deve ser uma sociedade democrática. Precisa haver uma adesão sempre crítica, a fim de que o partido e o projeto político sejam estimulados a realizar formas sempre mais atentas e a obter o verdadeiro bem comum, inclusive os fins espirituais do homem. Os cristãos leigos devem atuar como interlocutores entre a Igreja e a sociedade, podendo assumir diferentes formas de participação, desde a filiação a partidos políticos, pleiteando cargos públicos, aos interesses pelos problemas sociais, participando de forma apartidária e não confessional em conselhos de direito e cidadania, movimentos sociais e populares, associações de moradores, ONGs, nas comissões de acompanhamento e fiscalização dos poderes e das políticas públicas, em grupos culturais, étnicos entre outros. Assim, fica claro para o cristão que comprometer-se com a política não é, necessariamente, candidatar-se, mas, também, buscar soluções para os problemas sociais, e nisso todos são responsáveis.

Como iluminação dessa política concreta, a Igreja no Brasil, por uma iniciativa da CNBB, criou o [Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"](#) (CEFEP) e a [Comissão Nacional de Fé e Política do Conselho Nacional do Laicato do Brasil](#) (CNLB), serviços destinados à formação dos cristãos leigos para a missão política, favorecendo-lhes a aquisição de competência e habilitação para agir no complexo campo político.

De acordo com a GS, a participação dos católicos na política pressupõe o respeito à "laicidade", ou seja, a percepção de que há uma distinção entre a esfera política e a religiosa. A laicidade significa reconhecer que a sociedade é plural, e que, portanto, nenhum grupo ou instituição religiosa pode impor sua verdade. Porém, os seus membros devem exercer o direito que todo cidadão tem, que é o de promover e defender, a partir de seus princípios morais e éticos, e através dos mecanismos democráticos, os seus pensamentos e projetos concernentes à vida social, à justiça, à liberdade, ao respeito à vida e aos demais direitos da pessoa. De outro lado, o princípio da laicidade impõe ao Estado, o respeito a toda confissão religiosa, e a garantia ao livre exercício das atividades culturais, espirituais, culturais e caritativas das comunidades dos crentes. Por isso, essa relação não pode ser dissociada, pois a política é um dos espaços mais apropriados

para se colocar em prática os valores de uma religião, que deve ter, acima de tudo, o compromisso com a dignidade da vida. Recentemente, e de modo especial após as Conferências de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, o campo político tem feito parte da missão evangelizadora da Igreja, através da ação corajosa das CEBs, das organizações e pastorais sociais, da Cáritas, dos movimentos sociais, dos comitês de cidadania e Projetos (Mutirão para a superação da Miséria e a Fome, Ética na Política, Ficha Limpa, Plebiscitos), mobilidade humana, as semanas sociais, o Grito dos Excluídos etc., que têm se tornado sinal de esperança do testemunho da fé política dos cristãos.

A ética cristã entende que todo cidadão é chamado para a construção coletiva de uma sociedade democrática, justa, solidária e fraterna. Para que isso ocorra, é necessário que todos participem ativamente da vida econômica e política de sua cidade, estado e de seu país, com o intuito de promover o bem de todos, e isso é uma das formas mais elevadas da caridade, conforme tem frisado o Papa Francisco. É uma missão especial dos cristãos leigos empenharem-se na política, com o Espírito do Evangelho do amor, da verdade e da justiça fazendo a diferença na sociedade.

**Para Refletir:**

- 1) Por que a DSI insiste na participação ativa do cristão na economia e na política?
- 2) Que ações esta ficha propõe com relação à fé e à política? Após refletir sobre tais propostas, dê sua opinião sobre a afirmativa: "a pior forma de fazer política é não se comprometer com a política"?

**Orientações para a Interação:**

- a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.
- b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários do [texto publicado](#).
- c) Por fim, você poderá interagir na sala de aula virtual "Ambiente Virtual de Formação" da Arquidiocese. Acesse <http://www.avf.org.br/> e siga as orientações. Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação: <http://wp.me/p2Yr0V-3j1> onde você poderá fazer o download em PDF. Aguarde a publicação da próxima ficha: 30/09/15 – Ficha 94 – Por uma civilização do amor – DSI (39ª)

[Acesse](#) o cronograma das próximas Fichas de Estudos.

Colabore com Equipe do AVF na produção e edição das Fichas. Saiba como [acessando este link](#) ou escrevendo para [avf@arquidiocesecampinas.com](mailto:avf@arquidiocesecampinas.com)

Se desejar receber as próximas Fichas e/ou outras publicações da Arquidiocese de Campinas em seu email, preencha o [cadastro acessando esse link](#).

**Ao fazer uso deste texto, favor citar a fonte.**